

Revista Brasileira de Comércio Exterior

# RBCCE

A revista da FUNCEX

Ano XXXVIII

158

Janeiro,  
Fevereiro e  
Março de  
2024

## NOVA INDÚSTRIA BRASIL

### Relações Econômicas Brasile e China



Imagem de Christo Atreshev por Pixabay

**FUNCEX**



fundação  
centro de estudos  
do comércio  
exterior

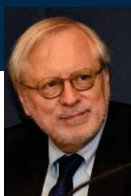
Ajudando o Brasil a expandir fronteiras



**EDITORIAL****2 Cenários para 2024-2025***Miguel Lins***ENTREVISTA****4 Gustavo Amaral***Presidente da Fundação Severino Sombra***COMENTÁRIO INTERNACIONAL****12 Nona economia do mundo, mas podemos ir além***George Vidor***MARCA-BRASIL****14 Música no Museu, um elo na divulgação internacional do Brasil***Sergio Costa e Silva***PERSPECTIVAS ECONÔMICAS****19 O Brasil e o G20***Paulo Roberto de Almeida***22 Riscos geopolíticos: a instabilidade dos mercados de energia permanece em 2024***Luis Augusto Medeiros Rutledge***RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL E CHINA****26 Fortalecendo laços comerciais: o papel das instituições no comércio bilateral Brasil-China***Alexandre Coelho e Rafaella Mello***36 Uma nova cultura exportadora para a China***Thais Moretz Sohn Fernandes***NOVA INDÚSTRIA BRASIL****44 Nova Indústria Brasil: uma avaliação crítica da nova política industrial brasileira***Andre Nassif***56 Redução de custos e agilidade no comércio exterior brasileiro na Base da Indústria de Defesa e de Energia Nuclear à serviço da Neointustrialização***Frederico Teixeira***64 Sugestões para missão orientada para inovar e exportar dispositivos médicos do Brasil***Abdul Temporário*

## O Brasil e o G20

# G20



Paulo Roberto de Almeida

Paulo Roberto de Almeida  
é diplomata e professor

O Brasil assumiu a presidência temporária do G20 em 1º de dezembro de 2023, e conduzirá os trabalhos do grupo durante todo o ano de 2024, culminando com o encontro dos chefes de Estado e de governo no Rio de Janeiro nos dias 18 e 19 de novembro. Uma primeira etapa de definição de prioridades já foi realizada no Rio de Janeiro, em fins de fevereiro, com a presença dos ministros das Relações Exteriores e representantes de organismos internacionais, durante a qual o Brasil apresentou as suas metas ao grupo. A reunião enfrentou algumas dificuldades, uma vez que, no debate, foram levantadas questões sobre os atuais conflitos no mundo: a guerra da Rússia contra a Ucrânia, desde 23 de fevereiro de 2022, e a guerra Hamas-Israel, desde 7 de outubro de 2023.

É evidente que o G20, tendo em vista seu foco tradicional nos temas econômico-financeiros, com alguma derivação para a agenda ambiental desde alguns anos, será incapaz, e sequer possui mandato para encaminhar qualquer solução, mesmo precária, para essas tragédias que afetam as relações internacionais, reforçando o sentimento de que o mundo consolidou o cenário geopolítico de uma Segunda Guerra Fria, já em curso há mais de dez anos, sobretudo no campo econômico e tecnológico, entre as duas maiores economias da atualidade: os Estados Unidos e a China. Entretanto, não é objetivo deste trabalho concentrar o foco nas questões geopolíticas, de confrontos interimperiais.

Cabe, da perspectiva do Brasil, concentrar a atenção nas prioridades brasileiras estabelecidas para a sua presidência. Oficialmente, elas são as seguintes: (1) a inclusão social e o combate à fome e à pobreza; (2) a promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental e transições energéticas; e (3) a reforma das instituições de governança global, incluindo as Nações Unidas e os bancos multilaterais de desenvolvimento.

Para as primeiras duas prioridades, o governo brasileiro propôs a constituição de duas forças-tarefas (*task forces*): a primeira seria o lançamento de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, e a segunda, uma mobilização contra a Mudança do Clima e a Iniciativa para Bioeconomia. Caberá seguir os trabalhos dessas duas forças-tarefas, mas o objetivo aqui é discutir as chances de o Brasil conseguir resultados satisfatórios nas três prioridades oficialmente apresentadas como relevantes do ponto de vista da melhoria na agenda multilateral, no atual estado fragmentado das relações entre as grandes potências e entre o que se convencionou chamar de Ocidente *versus* Sul Global.

No tocante à primeira missão brasileira, trata-se de um objetivo permanente do PT no plano interno, que também foi objeto de uma iniciativa do presidente Lula desde o início de seu mandato. Desde a campanha presidencial, em 2002, ele anunciava, como a grande prioridade de seu governo, acabar com a fome no Brasil, tentando fazer, por meio

do programa Fome Zero, com que os brasileiros mais carentes pudessem se alimentar três vezes ao dia. O método adotado, no entanto, foi o mais equivocado possível: coletar, fisicamente, alimentos entre fornecedores – de preferência da pequena agricultura familiar – para distribuir entre os necessitados. Foi também o seu primeiro fracasso, abandonado depois de poucos meses, a despeito de ser coordenado pela própria Presidência da República e substituído, em pouco tempo, por uma contrafação do programa Comunidade Solidária, criado e desenvolvido do zero pela primeira-dama Ruth Cardoso.

Esse programa foi “entregue” ao governo petista com cerca de 6 milhões de famílias pobres, que passaram a ser assistidas por diversas modalidades de ajuda material, inclusive uma forma precoce de Bolsa Escola (com contrapartidas). O governo Lula, para compensar o evidente fracasso do Fome Zero, realizou uma assemblagem dessas modalidades, carimbou tudo como sua iniciativa, sob o apelativo de Bolsa Família, e passou a expandir, sobretudo numericamente, a população assistida. Ao final do seu mandato, o Bolsa Família alcançava mais de 10 milhões de famílias, quantidade superior a 40 milhões de pessoas – quase um quarto da população total, o equivalente a uma Argentina inteira – dotadas de um cartão magnético que as habilitava a complementar a renda acima da linha da pobreza, ou simplesmente a consumir uma espécie de cesta básica de manutenção alimentar (na verdade, muitas famílias utilizavam o subsídio para cobrir despesas mensais de compras a “dez vezes sem juros”).

Indiferente a esse fracasso no âmbito interno, Lula insistiu, no plano externo, em criar uma espécie de Fome Zero Universal, já visando, provavelmente, um futuro Prêmio Nobel da Paz (depois perseguido pelas tentativas de fazer a paz entre israelenses e palestinos ou encontrar uma solução ao programa nuclear iraniano). Lembro-me perfeitamente, servindo em 2003 na embaixada em Washington, de seus insistentes pedidos dirigidos à delegação na ONU para obter a constituição de uma iniciativa nessa linha: alimentar os pobres do mundo. O secretário-geral da ONU, argumentando que já existia uma ampla estrutura com os mesmos objetivos, o Programa Mundial de Alimentos (coordenado pela FAO), convidou-o a se associar a essa iniciativa, existente desde várias décadas, o que Lula recusou terminantemente, uma vez que pretendia ter o “seu” programa, financiado pela ONU. Lula continuou insistindo junto a outros chefes de Estado – o presidente francês Jacques Chirac, entre outros –, mas, ao final, a única coisa que foi criada tratou da distribuição de medicamentos antiAids dirigido sobretudo à África.

Não existe ainda consenso entre os membros do G20 e os organismos internacionais associados, sobre a possibilidade de criação e funcionamento efetivo dessa Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, dois flagelos que já são colocados sob os auspícios de diversos programas onusianos e de cooperação bilateral de países doadores, geralmente agrupados no Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE (uma organização internacional reunindo três dúzias de países, mas que não conta com as simpatias de Lula ou do PT). A retórica do apoio a tão nobres objetivos não deverá ser contestada por nenhum dos países-membros do G20, mas é improvável que se consiga montar uma nova superestrutura multilateral capaz de iniciar novas metas, quando os mesmos objetivos já estão contemplados em programas similares, ainda que fragmentados em diversos organismos internacionais.

Quanto à segunda frente, a do desenvolvimento sustentável e da transição energética, não deveria haver objeções políticas aos objetivos gerais, ainda que com relação à transição energética, esta seja bem mais complexa e improvável de ser canalizada a iniciativas convergentes do que a questões ambientais, de resto reconhecidamente necessárias e até urgentes, dada à agravação dos extremos climáticos nos últimos anos e ao aumento da devastação dos recursos naturais em grandes países do chamado Sul Global. Algum consenso retórico poderá ser registrado em documentos e declarações de boas intenções, de cunho puramente voluntário, como são geralmente as resoluções aprovadas ao cabo dos muitos encontros de cientistas e diplomatas, realizados desde a Rio-92 e a Rio+20. Haverá, aqui, portanto, uma aparência de progressos políticos, mas é improvável que eles reflitam as ações concre-

tas dos países do G20, e fora dele, no sentido de acelerar suas medidas de mitigação das mudanças climáticas ou que acelerem claramente a transição energética para fora dos combustíveis fósseis (que continuarão alimentando as cadeias produtivas e a energia).

A terceira grande meta, a reforma das instituições de governança global, sobretudo a ONU e as instituições de Bretton Woods, conhecerá, provavelmente, alguns avanços cosméticos, inclusive porque os Estados Unidos se declararam dispostos a considerar o aumento de membros permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas. No entanto, como os demais objetivos, e a exemplo de exercícios anteriores nessa direção, mudanças no processo decisório e na própria estrutura dessas instituições enfrentarão naturais resistências daqueles que poderiam perder relativo poder nas instâncias de comando. Isso não impedirá que mais diretorias nas organizações tipicamente onusianas sejam atribuídas a delegados de países em desenvolvimento, embora muitos deles já exerçam a presidência ou a diretoria-geral de algumas delas, ou que aumentos de cotas, nas organizações de Bretton Woods possam também ocorrer em seu favor (lembrando que a China já foi contemplada com o aumento de seu capital em ambas).

Curiosamente, o objetivo mais ambicioso acalentado por Lula desde o seu primeiro mandato, que é ver o Brasil integrar, como membro permanente, uma das cadeiras de um Conselho de Segurança ampliado, encontra surpreendentes obstáculos, vindos de um membro que Lula considera como seu principal aliado na concretização do mirífico projeto de uma “nova ordem global”: a República Popular da China. Desde o momento em que se iniciam as tentativas no sentido de se encontrar algum consenso em torno da reforma da Carta da ONU e da ampliação do seu Conselho de Segurança – com a República Popular da China já tendo assumido nele o lugar antes pertencente à República da China (Taiwan) entre 1945 e 1972 – a China tem-se revelado contra a ideia de que o número de membros permanentes seja ampliado, sobretudo, porque se opõe, em particular, ao ingresso do Japão e da Índia, com os quais possui notórias diferenças históricas e conflitos diplomático-militares.

O mais provável, portanto, é que se aprovelem algumas melhorias na presença e com a participação de alguns grandes países em desenvolvimento nos organismos onusianos e que se conceda algum aumento de capital a novas ou antigas diretorias nas instituições de Bretton Woods e na OMC (que, aliás, não se baseia em cotas de capital, e que por isso mesmo acaba não indo para frente pela inércia dos seus grandes membros). Não creio que os diplomatas, experientes em todas essas barganhas negociadoras nos

organismos internacionais, se decepcionem, como provavelmente ocorrerá com Lula e os assessores do PT, com a magreza de resultados efetivos ao cabo da reunião de cúpula do G20 em novembro. A marcha das reformas nos grandes “dinossauros” da ONU – De Gaulle a chamava de *grand machin*, a grande geringonça – sempre foi lenta e não será diferente num G20 agora (e diferente de quando surgiu nesse formato de cúpula em 2009) dividido entre os “ocidentais” e os supostos proponentes da “nova ordem global”, entre os quais se alinham, ingenuamente, Lula, os ideólogos do PT e os acadêmicos sonhadores.

O mundo pós-invasão da Ucrânia encontra-se irremediavelmente fragmentado, e as propostas do Brasil de Lula se veriam comprometidas por essa divisão mesmo se ele, numa hipótese otimista, fizesse parte dos mais entusiastas defensores do “Ocidente” (o que está longe de ser o caso). Que não se espere, portanto, resultados entusiasmantes, capazes de integrar um discurso sorridente de Lula no dia 19 de novembro no Rio de Janeiro. Os diplomatas profissionais farão os maiores esforços para, literalmente, extrair “leite de pedra”, num ambiente internacional que continuará a se deteriorar, com o cruel prolongamento da guerra na Ucrânia, de outros conflitos no Oriente Médio, e de uma virtual estagnação da integração regional, em face dos quais Lula tentará manter sua linguagem otimista, como pretensão líder de um diáfano Sul Global.

Em todo caso, caberia efetuar nova avaliação, no momento devido, das realizações do G20 sob a presidência brasileira, uma vez que os resultados concretos, ali apresentados, sejam confrontados aos presentes argumentos dotados de certo ceticismo sadio. O que se pode, no entanto, prever, é que o mundo – enquanto Putin permanecer no comando da Rússia, e enquanto os generais do Pentágono continuarem paranoicos, como é seu dever e obrigação – enfrentará, no futuro previsível, nova corrida armamentista e pesados investimentos, tanto custosos quanto inúteis, em novas armas fantásticas, que provavelmente nunca serão usadas até uma hipotética mudança nos fios condutores das principais potências nucleares. Queremos crer que o estadismo responsável prevalecerá sobre as trombetas do Apocalipse, que, infelizmente, voltaram a se manifestar ruidosamente, desde a conclusão da primeira Guerra Fria, exitosamente dada por concluída por Gorbatchov e Bush pai. Eles não parecem ter encontrado sucessores à altura na atual geração de dirigentes pressionados por partidos extremistas, por ecologistas radicais, pelas baixas taxas de crescimento, pelo desemprego setorial e pelo afluxo maciço de imigrantes exóticos e miseráveis. O século XXI já não é o que se pensava emergir, nos anos triunfantes da unipolaridade imperial.